

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0393-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.937221008>

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço Social no Brasil: Desafios e atuação profissional* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo discute a atuação do Assistente Social na política de assistência social e os desafios para a efetivação do projeto ético político do Serviço Social no contexto da sociedade do capital. O segundo capítulo discute a proteção social de alta complexidade para a pessoa idosa frente às demandas sociais para esse público em particular.

O terceiro capítulo analisa o processo de migração e seus fatores determinantes na atual conjuntura. O quarto capítulo discute a transversalidade da política ambiental nas políticas públicas na perspectiva intersetorial.

O quinto capítulo analisa a atuação de Assistentes Sociais no enfrentamento à violência doméstica e familiar e os desafios vinculados nesse processo. O sexto capítulo discute os impactos da pandemia de Covid-19 no trabalho dos Assistentes Sociais no contexto da política de saúde.

O sétimo capítulo discute o consumo prejudicial de álcool e outras drogas enquanto manifestação da questão social. E finalmente o oitavo capítulo apresenta os resultados de pesquisa acerca da incidência de adoecimento mental no trabalho no contexto do enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Neste contexto, as discussões apresentadas nessa coletânea podem contribuir para a discussão dos desafios e possibilidades para a atuação dos Assistentes Social na atual conjuntura brasileira.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ANALISANDO O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG

Karen de Fátima Ségala

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210081>

CAPÍTULO 2..... 9

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY-
ES: PREGÃO ELETRÔNICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTA
COMPLEXIDADE À PESSOA IDOSA

Elizaura Barcelos Matias da Silva

Gissele Carraro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210082>

CAPÍTULO 3..... 18

MIGRAÇÃO EM GOIÁS: A ATRAÇÃO PELO FATOR SOCIOECONÔMICO

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

Pauleânia Machado Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210083>

CAPÍTULO 4..... 24

A TRANVERSALIDADE DA QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS,
NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A EDUCAÇÃO
SUSTENTÁVEL

Márcia Faraum dos Santos

Valéria Cristina da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210084>

CAPÍTULO 5..... 35

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES

Ariana Kelly dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210085>

CAPÍTULO 6..... 45

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA INTERVENÇÃO DOS/AS ASSISTENTES
SOCIAIS: DESAFIOS, IMPASSES E POSSIBILIDADES

Nikolas Corrent

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210086>

CAPÍTULO 7..... 57

MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TORNO DO CONSUMO PREJUDICIAL DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E SUAS CONEXÕES INTERSETORIAIS

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Laisla Shirley Rodrigues Maranhão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210087>

CAPÍTULO 8..... 69

TRABALHADORES (AS) DA SAÚDE E DESGASTE NO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DA COVID-19 NO SERTÃO DA PARAÍBA

Reginaldo Pereira França Junior

Maria da Conceição Silva Félix

Cleonice Peixoto Alves

Ivanyr Nayara Mascena Veras,

Letícia Bandeira Matias de Oliveira,

Lavínia Gabriela Oliveira de Almeida,

Maria Carla Laiane Gabriel Alexandre

Moisés Elias Casimiro

Rayane Abrantes de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210088>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 96

ÍNDICE REMISSIVO..... 97

CAPÍTULO 5

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Data de aceite: 01/08/2022

Data de submissão: 18/07/2022

Ariana Kelly dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/9509081504098075>

RESUMO: O presente artigo versa contribuir para uma reflexão acerca do exercício profissional de assistentes sociais no campo do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, apontando desafios e possibilidades para a elaboração de projeto de intervenção em consonância com o Código de Ética Profissional de 1993 e para a afirmação do Projeto Ético-Político profissional da categoria de assistentes sociais. A metodologia utilizada foi a revisão de análise bibliográfica e a análise do trabalho de campo, realizado através de entrevistas com questionários de perguntas abertas à assistentes sociais de Centros de Referência de Atendimento às Mulheres no município do Rio de Janeiro no ano de 2011 e a análise de diário de campo de trabalho da autora no ano de 2021, quando coordenou o eixo de saúde, educação e direito à cidade da Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher do município do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Violência Doméstica; Mulheres.

SOCIAL SERVICE AND THE CONFRONTATION OF DOMESTIC VIOLENCE: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT: This article is to contribute to a reflection on the professional exercise of social workers in the field of facing domestic and family violence against women, pointing out challenges and possibilities for the elaboration of an intervention project in accordance with the 1993 Code of Professional Ethics and for the affirmation of the professional ethical-political project of the category of social workers. The methodology used was the review of bibliographic analysis and the analysis of field work, carried out through interviews with questionnaires open to social workers of reference centers for women's care in the municipality of Rio de Janeiro in 2011 and the analysis of the author's work field of work in the year 2021, when he coordinated the health, education and right to the city of the Secretariat of Policies and Women's Promotion of the Municipality of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Social service; Domestic violence; Women.

1 | INTRODUÇÃO

Mundialmente o Brasil assume a posição 95º no índice de desigualdade de gênero, ranking global realizado pelo Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU). A cada ano, se explicita cada vez mais os feminicídios bárbaros e cruéis de mulheres pelo país, as assimetrias no trabalho

reprodutivo permanecem, sendo as mulheres as responsáveis prioritárias pelo trabalho na esfera da família e doméstica, um trabalho em grande maioria não remunerado ou quando remunerado, mal pago.

Essas desigualdades de gênero se situam em um conjunto de desigualdades sociais estruturais, forjadas e aprofundadas pelo modo de produção capitalista, onde a violência doméstica e familiar contra as mulheres é uma expressão da violência de gênero e das desigualdades promovidas por esse modelo social, político e econômico (ALMEIDA, 2007).

É um desafio dentro do modo de produção capitalista atuar no enfrentamento de uma violência que é resultado da forma como essa sociedade se funda e organiza, uma sociedade heteropatriarcal, capitalista, sexista, racista.

Os/as assistentes sociais, que atuam no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, vivenciam cotidianamente esse desafio, como criar as condições para acesso à direitos as mulheres em uma sociedade patriarcal?

O presente artigo se propõe a contribuir para uma reflexão acerca do exercício profissional de assistentes sociais no campo do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, apontando alguns desafios e possibilidades para a elaboração de projeto de intervenção em consonância com o Código de Ética Profissional de 1993 e para a afirmação do Projeto Ético-Político profissional da categoria de assistentes sociais.

A metodologia utilizada foi a revisão de análise bibliográfica e a análise do trabalho de campo, realizado através de entrevistas com questionários de perguntas abertas à assistentes sociais de Centros de Referência de Atendimento às Mulheres no município do Rio de Janeiro.

Os dados apresentados são frutos da pesquisa realizada através do trabalho de conclusão de curso da graduação da autora no ano de 2011 e de sua experiência profissional como assistente social, integrante de equipe técnica, gestora de serviço e integrante de equipe técnica de gestão, em equipamentos e órgãos que compõe a estrutura da política para as mulheres no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2011 a 2021 e da análise do diário de campo construído pela autora no ano de 2021, quando coordenou o eixo de saúde, educação e direito à cidade da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

2 | A CONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO MODERNO

O processo de acumulação capitalista desde sua gênese se desenvolve a partir de revoluções econômicas, políticas, sociais e concomitantemente, com a violência (CASTELO, 2018). A expropriação de trabalhadores é uma condição fundamental para transformar o conjunto da existência social em uma forma subordinada ao capital, nesse sentido a produção de trabalhadores/as expropriados/as, “livres”, é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista (FONTES, 2010).

A expropriação no período da acumulação primitiva, se deu com a separação dos trabalhadores (produtor) dos meios de produção, o primeiro grande processo de expropriação ocorreu no fim do século XV e início do século XVI com a dissolução dos séquitos feudais, com a violenta expulsão do campesinato da base fundiária e da apropriação das terras comunais. De acordo com Federici (2019a), os cercamentos, a privatização das terras comuns, promoveram na Inglaterra o fim dos direitos consuetudinários, desalojando a população de agricultores e colonos que dependiam delas para a subsistência.

Foi um período em que as relações econômicas e sociais foram reformuladas pela crescente importância do mercado e nas quais a pauperização e o aumento das desigualdades eram desenfreados. De acordo com a autora, as mulheres mais velhas foram as mais afetadas com a expropriação, pois a combinação da alta de preços e da perda dos direitos consuetudinários as deixou em uma condição de miséria, inclusive o recebimento de caridade era proibido.

A privatização das terras comuns, florestas, campos, terras para a plantação e reprodução da vida foram retiradas dos camponeses, criando posteriormente uma massa de trabalhadores disponíveis para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O olhar atento de Federici (2019a; 2019b) nos aponta que o período de expropriação de terras coincide com o período da caça às bruxas na Inglaterra. Sendo as supostas bruxas, mulheres pobres, que sobreviviam pedindo doações, que faziam parte de uma população camponesa que não tinham mais acesso aos direitos anteriormente citados, paralelamente, também eram as mulheres que estavam resistindo a exclusão social.

Para Federici (2019a), as bruxas representaram também uma subversão a ordem social que se tentava estabelecer. Elas eram as mulheres de “má reputação”, que na juventude tinham apresentado comportamento considerado “libidinoso”, muitas vezes tinham filhos fora do casamento e seu comportamento contradizia o modelo de papel social feminino, que fora imposto às mulheres por meio do direito e da reorganização familiar. As bruxas sabiam acessar a natureza e o que essa pode nos oferecer, nada de sobrenatural existia nessa condição, mas eram vistas como as praticantes de magias, o que as tornavam alvo, pois representavam perigo a estrutura de poder que se construía, que se baseava na racionalidade burguesa, tendo o homem como centro.

As mulheres acusadas de bruxaria, não eram só vítimas da expropriação que ocorria, mas também eram pessoas que estavam tentando resistir a própria exclusão e pauperização. Na figura da bruxa, o Estado punia a investida contra a propriedade privada, a propagação de crenças mágicas, o desvio da norma sexual e a insubordinação social (FEDERICI, 2019a).

O processo da expropriação social que conjuga a realização dos cercamentos de terras e a caça às bruxas, são processos que contribuíram para instaurar uma outra ordem social. Não mais baseada no conhecimento adquirido pela experiência pessoal com a natureza, na coletividade, solidariedade ou bem comum, mas sim, numa sociedade

individualizadora, com relações fragmentadas, com a propriedade privada, que traz a importância do autocontrole e disciplinamento para o trabalho, numa sociedade que será desenvolvida para a acumulação de capital. O ser social precisará se tornar o ser que favorece o desenvolvimento dessa sociedade e não mais ser um ser social que atua para responder as suas necessidades imediatas, que retira da natureza o suficiente para a sua subsistência.

As mulheres sempre tiveram um papel fundamental na reprodução da vida, dominando na sociedade pré-capitalista a relação com a natureza, motivo fundamental pelo qual de acordo com FEDERICI (2019a) elas se tornam um alvo principal do capitalismo. Para os papéis de gênero necessários a dominação capitalista é fundamental uma racionalidade em que as mulheres reproduzam um comportamento sócio-sexual dócil, onde seu prazer não tem importância, mas sim sua função de procriação e de promover a paz e regeneração aos trabalhadores masculinos mesmo em meio a devastação causada pela miséria capitalista.

O modo de produção capitalista instaura uma falsa separação entre a esfera da produção e reprodução, alocando mulheres e homens em esferas distintas e hierarquizando-as, ele cria uma nova divisão sexual do trabalho, bem como uma nova subjetividade. Sobretudo, esse processo de expropriação institui um novo modelo de feminilidade a que as mulheres tiveram que se sujeitar e enfrentar, um modelo que as destituiu de poder social e de uma forma coletiva de produzir a existência.

3 I SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES DE GÊNERO

Compreendemos gênero, não somente como um campo de estudo, mas como uma categoria de análise que potencializa a apreensão das relações sociais. Esta categoria foi introduzida por feministas no debate acadêmico norte-americano em 1970, para designar que as diferenças de papéis entre mulheres e homens eram socialmente construídas e não parte de uma condição natural e biológica. O uso desta categoria nos permite evidenciar, problematizar, desconstruir e reconstruir os papéis de masculino e feminino, construídos socialmente, que aprofundam os estereótipos e estigmas sobre mulheres e homens, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades de gênero e da promoção de violências.

No Brasil, esse debate só será introduzido na década de 1990 e em disputa com os “estudos sobre a mulher” (LOURO, 1996), que objetivava dar visibilidade às mulheres em um momento histórico onde o centro das relações e práticas políticas eram os homens. A categoria relações de gênero amplia a possibilidade de reflexão e análise, não se trata de focalizar os estudos nas mulheres, mas, sim, nos processos de formação do que denominamos feminilidade e masculinidade ou sujeitos femininos e masculinos.

A organização social de gênero aprofundada pelo modo de produção capitalista é a

patriarcal, onde se tem um domínio do masculino pelo feminino e a tendência de subjugação da vida das mulheres. Esse modelo de organização social de gênero é nefasto tanto para homens quanto para mulheres, com distinções é claro.

Homens deixam de acessar o sistema de saúde por terem construído uma masculinidade baseada em um modelo patriarcal, onde os homens, principalmente heterossexuais, não se identificam como necessitados de cuidado e com isso tem sido as maiores vítimas do câncer de próstata, um tipo de câncer que tem 95% de chance de cura quando diagnosticado de forma precoce (GOMES et al, 2008). No Brasil, em 2019, tivemos 7.493 mulheres mortas de forma violenta, sendo 3.737 homicídios e os demais sem indicação de causa, podendo ser homicídio, acidente ou suicídio (CERQUEIRA, 2021). O aumento dos casos sem identificação aponta um alerta: a dificuldade de produzir ou o desejo de invisibilizar dados em relação aos homicídios de mulheres no país, característica da atual gestão que se encontra no poder executivo federal.

No serviço social essa categoria de análise só vai ser apreendida e introduzida no currículo do curso, no ano de 2001, quando se acresce dois novos tópicos de estudo: desenvolvimento capitalista e questão social e classes e movimentos sociais, contendo neste último o debate relacionado a direitos humanos no Brasil e os movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-racial. Tal apreensão ocorre de forma tardia, mas se relaciona com o processo de desenvolvimento da profissão, que surge na fase monopolista do capital, quando se cria condições mais agudas de miséria e precarização da classe trabalhadora, contraditoriamente fazendo também surgir processos de resistência contra a dominação burguesa, o que ocorre a partir da organização da classe trabalhadora da época.

A gênese do serviço social se desenvolve em bases conservadoras e de reprodução do papel de feminino predominante na sociedade burguesa patriarcal, sua versão conservadora só passa a se reconstituir a partir da década de 1960 com a vertente intenção de ruptura, que foi uma das direções políticas do movimento de reconceituação do serviço social no período, que toma força a partir da década de 1980 no Brasil.

A partir de 1979, com o Congresso da Virada, ocorre uma nova proposta curricular e toda uma renovação profissional, no sentido de realizar o exercício da profissão em compromisso com a classe trabalhadora, abandonando a intervenção que vigorava até então, de ser um técnico, braço do Estado Burguês, tendo tal vertente influência da teoria marxista e do método histórico-dialético. De acordo com Braz (2009) é aqui que se localiza a origem do Projeto Ético-Político Profissional da categoria, que se vincula a um projeto de transformação da sociedade, comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

O serviço social encontrou no referencial teórico marxista fundamentos teóricos que ajudaram a profissão a atuar de forma mais totalizadora no conjunto da vida social, ultrapassando a visão individualista, moralizante e fragmentada constituída em sua origem, mas ao mesmo tempo se aproximou tardiamente do uso da categoria relações de gênero.

O Projeto Ético-Político profissional visa totalmente à democratização das relações e a extinção das relações de dominação e exploração entre os indivíduos. Mas, para democratizar as relações é de fundamental importância enfrentar o sexismo e o heteropatriarcado, opressões que promovem desigualdades e que foram construídas ao longo dos séculos e aprofundada na sociedade capitalista, vivenciada pelos indivíduos como natural e parte da vida social.

Portanto, fazer uso da categoria de análise relações de gênero no exercício profissional dos assistentes sociais, equivale a um exercício no sentido de ser mais um ganho teórico que possa fundamentar o exercício profissional na direção do Projeto Ético-Político hegemônico da categoria, tendo como objetivo realizar ações que visem à transformação da cultura de preconceitos e de opressões constituída em nossa sociedade.

21 anos após a introdução do debate no currículo do curso de graduação de serviço social, podemos notar avanços, desde 2000 temos mais publicações e estudos nesse campo promovidos por assistentes sociais, que se relaciona também com o período (2003 a 2015) em que o governo brasileiro avançou na elaboração de políticas para o combate das desigualdades de gênero. Em 2011, na 9ª edição apresentada do Código de Ética profissional, ocorreu a alteração da linguagem escrita, dando importância à linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a linguagem feminina e masculina simultaneamente. Recorrentemente o conjunto CFESS/CRESS se posicionam com relação as violações no campo das relações de gênero e promovem campanhas publicitárias para dar visibilidade as desigualdades e violências sofridas pela classe trabalhadora (que não é homogênea, tem gênero, cor, sexualidade) na dimensão de gênero.

Nesse sentido é possível apontar que em 2021, a categoria profissional vem se preocupando em colocar em evidência a importância da apreensão da categoria relações de gênero para a compreensão dos processos sociais, se preocupando em enfrentar a cultura machista e conservadora da nossa sociedade, visando estabelecer relações mais democráticas e de igualdade entre os sujeitos.

4 | DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O/a profissional de serviço social - assistente social – tem um Projeto Ético-Político e um Código de Ética (1993) que tem por princípios fundamentais o respeito intransigente aos direitos humanos e o comprometimento com uma outra ordem societária, que não tenha dominação, exploração de classe, raça e gênero. A violência doméstica contra as mulheres no Brasil é uma das faces do patriarcado, que é estruturante da sociedade em que vivemos.

Esse subtítulo tem como proposta evidenciar alguns desafios e possibilidades de atuação de assistentes sociais, que trabalham em Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, equipamento fundamental da rede especializada do campo do enfrentamento à

violência doméstica e familiar, para a elaboração de projeto de intervenção em consonância com o Código de Ética Profissional (1993) e para afirmação do projeto Ético-Político profissional da categoria.

Os elementos apresentados, são fruto da análise de entrevistas realizadas com quatro assistentes sociais, no ano de 2011, que representavam o número total de profissionais do serviço social nas seguintes instituições do município do Rio de Janeiro: Centro Integrado de Atendimento à Mulher -CIAM Marcia Lyra, Coordenadoria Especial de Promoção da Política para a Igualdade de Gênero- CEPIG¹ e Centro Municipal de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga- CEAM e diário de campo de trabalho da autora realizado no ano de 2021.

No Exercício Profissional destacado nas instituições pesquisadas, identificamos que já existe consenso entre os/as assistentes sociais com relação à utilização da categoria histórica analítica relações de gênero, utilizando-a, assim, para fundamentar a prática profissional. É nítida a preocupação das profissionais em tentar realizar ações, junto às usuárias, que possam contribuir para a desconstrução e transformação das relações de dominação e submissão em que a mulheres atendidas estão inseridas.

Em todas as instituições pesquisadas, pelo menos em alguma fala se explicitou a importância de realizar a ação profissional, percebendo e fazendo a mulher se perceber enquanto sujeito de sua própria história. Existe uma predominância do uso da modalidade de atendimento individual as usuárias, o que pode fragilizar a percepção de que a violência doméstica e familiar contra as mulheres não é um problema individual e sim coletivo e que tem fundamento a partir das desigualdades de gênero que tem origem em como a sociedade em que vivemos se estrutura. Nesse sentido, a modalidade de atendimento coletivo, como o uso do grupo reflexivo para tal ação, pode proporcionar as mulheres a desconstrução de formas patriarcais de reprodução da vida, desconstruir a auto culpabilização que a maioria vivencia e fomentar a possibilidade de enfrentamento coletivo para tal violência.

Nenhuma das profissionais apontou a existência de projeto de intervenção constituído pelo serviço social nas instituições, sistematização da prática profissional e tiveram dificuldades para apontar os objetivos e resultados da atuação profissional. A ausência dessas ações demonstra fragilidade para a realização de uma prática profissional reflexiva e investigativa, mas que é também consequência do intenso ritmo de trabalho e da precarização de suas condições.

Destacamos que em 2011, em duas instituições, a execução do trabalho se dava pelas mesmas assistentes sociais: na CEPIG, as assistentes sociais tinham a função de coordenar, elaborar e implementar as políticas para igualdade de gênero no Município e no Centro Municipal de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga as mesmas profissionais tinham a tarefa de realizar os atendimentos assistenciais. É importante ressaltar que em 2021 temos um outro cenário, temos a recriação da Secretaria Especial de Políticas e

¹ Atualmente chama-se Coordenadoria Técnica de Enfrentamento às Violências contra a Mulher.

Promoção da Mulher com equipe própria para a coordenação da política de enfrentamento à violência e outras profissionais atuando no CEAM, mas ainda sendo um número reduzido diante ao desafio que é enfrentar a violência contra as mulheres no município do Rio de Janeiro.

Dentro desta lógica da precarização do trabalho, nota-se um número pequeno, entre uma e duas profissionais por instituição, para realizar os serviços. Estas situações dificultam que o profissional dedique algum tempo para o aprimoramento intelectual, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados, além de ficar com um aglomerado de funções, onde a prática reflexiva das respostas profissionais aos fenômenos apresentados é dominada pela prática mecânica e tecnicista, emperrando assim o avanço para práticas que possam contribuir em âmbito mais profundo.

Em 2011, se percebeu, a falta de interlocução pelas profissionais da categoria analítica relações de gênero com outras categorias, como as de classe, raça, sexualidade, mas, em 2021 é possível destacar que existe essa reflexão e tentativa de interlocução, mas na implementação das ações são reduzidas as práticas que conseguem promover ações que enfrentam a intersecção das opressões.

Um outro fator importante que impactam na prática profissional é o vínculo de trabalho, a maioria das profissionais, o que é realidade ainda hoje nessas instituições, tem seu vínculo de trabalho mantido por meio de contrato. Essa é uma relação precária e que é um entrave para a efetivação de ações condizentes com o projeto Ético-Político, pois a relação de trabalho entre assistente social e instituição fica muito tensionada e não existe certeza da manutenção do emprego dentro deste tipo de relação trabalhista.

Em uma das instituições inexistia espaço viável para atendimento, que resguardasse por exemplo o sigilo dos atendimentos. Com um vínculo de trabalho precário, como fazer enfrentamento a tal violação? O profissional tem bastante dificuldade de encontrar alternativas para fazer com que seus direitos se constituam. Neste caso, por exemplo, nada foi feito além de solicitar, por inúmeras vezes, aos superiores a concretização deste espaço. Posteriormente, depois de dois anos, se conseguiu próximo da instituição uma sala para atendimento.

Existe um limite central para o exercício profissional de assistentes sociais em consonância com o Projeto Ético-Político da categoria, é o ideário neoliberal, que se materializa na redução das ações estatais para o campo social, tendo por consequência a limitação de investimento em políticas públicas e a desregulamentação das relações de trabalho, precarizando-as ainda mais.

No entanto, a sociedade em que vivemos tem contradições e é a partir delas que é possível a promoção de ações que contribuam para práticas de resistências e enfrentamento das opressões, nesse sentido, chamamos a atenção para alguns projetos realizados pelo município do Rio de Janeiro desde 2021, no âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres, são eles: Cartão Move Mulher – que visa garantir as mulheres que estão em

situação de violência e também em vulnerabilidade social que vivem apenas com renda per capita mensal de um quarto do salário mínimo, um cartão de passagem para viabilizar o deslocamento delas aos equipamentos para atendimento.

Cartão Mulher Carioca – benefício no valor de R\$ 400,00 para mulheres na mesma situação anterior. O benefício será recebido mensalmente por 6 meses, podendo ser renovado por mais 90 dias, visa ser um complemento a renda da mulher para que possa fortalecer a sua saída da situação de violência. Esses dois projetos compreendem que a pobreza é um elemento que dificulta a saída da situação de violência, ou seja, enfrentar a violência doméstica e familiar contra as mulheres requer enfrentar outras violações que as mulheres vivenciam, seja ela de classe, raça, sexualidade e outras.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apontar que o serviço social embora tenha se aproximado de forma tardia da categoria relações sociais de gênero, na atualidade evidencia a importância da compreensão das diferentes formas de opressão e de categorias teóricas que potencializam junto com a dimensão da classe a apreensão dos fenômenos sociais. Tal fato nota-se a partir da importância que a categoria profissional representada pelo conjunto CFESS/ CRESS vem dando nos últimos anos ao debate de gênero e étnico-racial.

Podemos apontar que existe dominância do uso da modalidade de atendimento individual em relação a modalidade de atendimento coletivo, o que pode fragilizar o enfrentamento do fenômeno de forma coletiva e a partir de uma dimensão estrutural da sociedade. No discurso das profissionais entrevistadas, quando se fala no objetivo das instituições ou da ação profissional se cita: “propiciar que a usuária consiga realizar o rompimento com a relação de violência ou com o processo de violência”. É fundamental compreendermos o fenômeno da violência de gênero de uma forma que seja analisada a relação dos indivíduos na sociedade, pois é nela/e por conta dela que essa relação é constituída (POUGY, 2010).

Ressaltamos que a compreensão do fenômeno da violência de gênero articulado com as relações de classe, raça, sexualidade são fundamentais para a construção de respostas que a realidade necessita. É elementar que se ultrapasse as tendências de atendimento que acabam tendo como resultado a passividade, a fragilização da luta e a despotencialização dos envolvidos, é preciso avançar no sentido de perceber que o solo que propicia o desenvolvimento da violência de gênero são as desigualdades sociais, assim, necessita-se pensar em práticas que propiciem o avanço na universalização do acesso aos direitos e da transformação da ordem societária atual, ação na qual se direciona o Projeto Ético-Político Profissional da categoria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal-dita. *In: Almeida (Org.) Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. 262 p.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. *In: Assistente Social: Ética e Direitos Coletânea de Leis e Resoluções- 5 ed.* Rio de Janeiro: 2009. Vol. 1

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; LIMA, Ricardo. A violência como potência econômica: da acumulação primitiva ao novo imperialismo. *In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E; LIMA, R.L. (orgs.) Marxismo, política social e direitos*. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. São Paulo: FBSP, 2021.

GRESS- 7º Região. **Assistente Social: Ética e Direitos Coletânea de Leis e Resoluções**. 5 ed. Rio de Janeiro, 2009. Vol. 1

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019b.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capitalismo-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GOMES, Romeu. *et al.* **As arranhaduras da masculinidade: uma discussão sobre o toque retal como medida de prevenção do câncer prostático**. *In: Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: Vol.13. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social Na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social No Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Nas Redes do Conceito de Gênero. *In: LOPES, M. et.al (Org.). Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

POUGY, Lilia Guimarães. **Desafios Políticos em tempos de Lei Maria da Penha**. *In: Katálysis*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Vol. 13, n.1, jan/jun, 2010.

SANTOS, Ariana. **O exercício profissional do assistente social em instituições que oferecem atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica no município do Rio de Janeiro: dilemas, desafios e possibilidades postos ao serviço social para a elaboração de projeto de intervenção**. Monografia apresentada ao curso de graduação em serviço social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações socioeducativas 48

Acumulação capitalista 36

Acumulação primitiva 37, 44

Adoecimento mental 69, 70, 71, 72, 90, 91, 92

Assistente social 1, 6, 7, 8, 13, 24, 34, 36, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59

C

Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde 73

Capitalismo 1, 2, 17, 27, 38, 44, 46, 47, 54, 75, 76, 77, 78, 82

Centralidade do trabalho 19

Competências profissionais 5, 25, 46, 52, 96

Consciência de classe 48, 55

Conselho Nacional de Assistência Social 3

Constituição da República Federativa do Brasil 24, 26, 33

Covid-19 45, 47, 51, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

D

Deslocamento espacial 18

Determinações do capitalismo 47

E

Educação sustentável 24, 25, 32, 33

Enfrentamento à violência doméstica e familiar 35, 36, 40

Envelhecimento 9, 10, 11, 16, 31

Espaços sócio ocupacionais 7, 46, 49, 56

Estágio supervisionado 58

Exercício profissional 35, 36, 40, 41, 42, 44, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 61

G

Gênero 5, 12, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 62, 64, 68, 75, 76, 77, 80, 93, 94, 95

I

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 11

Intersetorialidade 24, 28, 29, 32, 34, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 68

L

Liberalismo 1

Linhas de enfrentamento 72

Longevidade 9, 11

M

Meio ambiente 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34

Migração 18, 19, 20, 21, 22, 23, 64

Movimento de reconceituação 4, 39

P

Pandemia 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 74, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Política de Assistência Social 1, 2, 9, 10, 34, 66

Política Nacional do Meio Ambiente 26

Políticas de saúde 10

Políticas públicas 3, 9, 10, 11, 12, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 52, 53, 56, 57, 65, 68, 72, 89, 90, 91

Políticas sociais 1, 2, 4, 7, 24, 27, 28, 32, 34, 46, 53, 54, 56, 63, 68, 91, 96

Práxis 48, 93

Processo migratório 18, 19, 21

Processos de trabalho 47, 48, 51, 59, 66, 67, 70, 72, 92

Profissionais da saúde 74, 78, 92, 95

Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento 35

Projeto Ético-Político do Serviço Social 44

Psicólogo 13

S

Saúde mental 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Serviço Social 4, 5, 6, 7, 8, 24, 25, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 68, 73, 93, 94, 96

Sociedade capitalista 6, 40, 45, 46, 48, 61, 94

Supervisão acadêmica do estágio 58

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71,

72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

V

Vínculos familiares 13, 14, 61, 64

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

